

X

tói

Hélio Silva

JORNAL DE BRASÍLIA

Ass. Constituinte

A segurança de todos nós

12 JUN 1986

A Comissão de Estudos Constitucionais recebeu uma importante contribuição para uma metodologia do estudo da criminalidade e da violência, cuja atualidade não é preciso encarecer porque enquanto tanto se fala em segurança nacional, não é dada a mesma importância, e deveria ser maior, à segurança pessoal. É problema de cada um de nós, particularmente; da sociedade como um todo; consequentemente, da nação. Nunca o País precisou tanto de segurança pública como agora, na transição difícil de um autoritarismo que subjugou os direitos individuais durante 21 anos, para a democracia que ainda não dispõe, sequer, de uma legislação adequada.

É quando se deve dizer que segurança pública é a função precípua, a verdadeira finalidade, quase que exclusiva ocupação das polícias militares. Esta denominação polícia militar prestou-se à deformação da visão verdadeira das polícias militares. É natural, é justo o adjetivo militar, porque essas corporações obedecem a uma formação que deve ter por base a disciplina e a hierarquia, exigências fundamentais das Forças Armadas. As polícias militares são, naturalmente, convocadas como forças auxiliares do Exército, em caso de guerra. Aliás, não só as polícias militares mas todos nós, cidadãos, reservistas das três Armas ou não, nas convocações que são feitas em período de guerra, como imperativo da defesa nacional a que ninguém pode excusar-se. Mas a função autên-



tica das polícias militares é a de polícia no sentido de garantir a segurança. Nem mesmo cabe à Polícia Militar a investigação, o processamento do ato ilícito que é de competência da Polícia Civil.

Na verdade o nosso povo e não, apenas, o povão, mas os políticos, os governantes, os administradores, os

intelectuais têm uma falsa e deformada visão das polícias militares. Quando em uma corporação de mais de 30 mil homens, número que não chega talvez a uma dezena de soldados são presos integrando quadrilhas, matando, sequestrando é isto o que aparece nos jornais, gritando nas manchetes. Também, no período autoritário em que se praticaram torturas, muita gente ligou o fato às polícias militares, quando isto não era verdade. As torturas eram praticadas pelos grupos reacionários enrustidos nas Forças Armadas que manchavam os seus quartéis ou nos presídios ou delegacias da Polícia Civil.

Quantas pessoas sabem do processo de formação dos oficiais da Polícia Militar, os sucessivos cursos de aperfeiçoamento necessários às promoções para capitães, major, coronel, tenente-coronel?

O trabalho apresentado à Comissão de Estudos Constitucionais merece uma atenção muito especial. Voltaremos ao assunto para escrever sobre o histórico, a finalidade, o desempenho das polícias militares e o que elas representam, porque são insubstituíveis na segurança nacional. É preciso que cada um de nós — e eu o faço — ao avistar um PM na rua, sinta nele o responsável da sua própria segurança. Dêem os legisladores e os governantes as garantias e os recursos de que precisam as PMs e teremos maior tranquilidade.

Hélio Silva é historiador